

4.7 DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR

4.7.1 Reflexões para o século XXI sobre o pensamento marxista

Riany Alves de Freitas¹

Técnica do Ministério Público de Minas Gerais

Pós-Graduada em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais

Acadêmica em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



Riany Alves de Freitas

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Período Revolucionário. 3. A Liberdade. 4. A Igualdade. 4.1. Igualdade Formal e Substancial. 5. A Democracia Liberal. 6. O Coletivismo. 7. Conclusão. 8. Bibliografia.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo mostrar os aspectos envolvidos no contexto histórico revolucionário no qual Marx estava inserido, bem como mostrar as críticas marxistas ao sistema capitalista, que gera a expansão econômica, constante busca de riquezas, mas em contrapartida, o desequilíbrio social.

Além disso, visa explicar as fases concebidas por Marx: Capitalismo, Socialismo e Comunismo esclarecendo a visão marxista no que se refere à liberdade, à igualdade e sua crítica à democracia liberal, e que o Estado Liberal, ou Liberal-Democrata contraria os ideais de igualdade e liberdade concebidos por Marx. Visa também demonstrar que o indivíduo é uma parcela de um corpo sistemático em que as partes não podem funcionar sozinhas.

A teoria marxista, apesar de ter sido escrita no século XVIII, nos fará sempre refletir sobre como o Capitalismo é o centro de todo o planeta, e engole qualquer forma de vida que o contrarie. Por isso, as visões de Marx, e de seu companheiro Engels, são semelhantes a muitas preocupações dos dias atuais, no tocante à defesa da diminuição da exploração humana e das desigualdades sociais.

2. Período Revolucionário

Marx viveu entre os anos de 1818 e 1883, período em que afloravam grandes consequências da Revolução Industrial: produção em larga escala, exploração do homem pelo homem e altas jornadas de trabalho. Viveu em uma Europa revolucionária, pouco depois da Revolução Francesa e da era Napoleônica, quando os interesses da burguesia se transformavam em leis, o que facilitava a exploração dos trabalhadores.

Neste contexto, começaram a surgir muitos protestos e lutas pela redução da jornada de trabalho. Por outro lado, sua

resistência, que concebia o Capitalismo o sistema ideal de liberdades econômicas. Uns defendiam as diferenças, cada qual com seu mérito e sorte, outros a igualdade de oportunidades e modos de vida.

Os episódios mais importantes que Marx pôde presenciar foram as Revoluções de 1830 e 1848 (Revoluções da Burguesia) e a Comuna de Paris (1871), primeira direção coletiva representada pelo proletariado em que predominavam os interesses das classes trabalhadoras e que simbolizava um pouco o início da concretização do ideal comunista de Marx. De acordo com Weffort, o ano de 1848 marca a diminuição das perspectivas revolucionárias nos países mais modernos da Europa, mas estas são transferidas para os países mais atrasados da periferia, como Irlanda e Rússia. “Marx escreve em uma época de revoluções na perspectiva de quem busca as diretrizes para as revoluções de seu tempo e dos tempos futuros. (WEFFORT, 1990, p. 234)”.

3. A Liberdade

A concepção de liberdade marxista é diferente à do liberalismo. Marx considerava que a liberdade é o autogoverno, que seria possível através da transição ao Comunismo. A liberdade para Marx só é conseguida com a abolição de classes, da exploração das capacidades que ameaçam a vida do ser humano, da propriedade privada e da liberdade econômica. No liberalismo, porém, liberdade significa a baixa intervenção do Estado nas relações de produção dos indivíduos, a defesa da propriedade privada, da liberdade econômica e da liberdade de comércio.

Pode-se também, diferenciar aqui o conceito de ditadura na visão marxista e na atual. Ditadura para Marx era a ditadura da burguesia, uma concepção classista, na qual as liberdades econômicas são mero interesse da burguesia, que aliena os trabalhadores e que não permite que tenham consciência de sua própria vida. Essa visão classista de ditadura não passou dos anos 20. Após este período, passou a ser considerada como o domínio de uma ou algumas pessoas através da coerção, podendo melhor ser entendida na fase do Socialismo.

Entre as fases analisadas por Marx, (Capitalismo, Socia-

¹ Agradeço às pessoas que contribuíram para a realização e revisão deste trabalho: Meu marido Ivan Dornela Goulart, Procuradora de Justiça Gisela Potério Santos Saldanha.

lismo e Comunismo), o Capitalismo é amplamente criticado, no qual a liberdade é relativa, pois a alta produção transforma os indivíduos em alienados e coagidos ao consumo exacerbado. Não possuem liberdade de escolha e são obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista para garantir a sua sobrevivência. Nesta fase, então, existe a ditadura da burguesia, que detém os meios de produção e comanda a economia, limitando as liberdades da classe oprimida. Para o teórico, o Capitalismo é incapaz de permitir a distribuição equitativa das mercadorias produzidas em uma era tecnológica avançada, dominada pela burguesia. Para os marxistas, como lembrado por Held (1987), a liberdade no Capitalismo é meramente formal, porque a desigualdade corrói fundamentalmente a liberdade e deixa a maioria dos cidadãos livres apenas nominalmente. O povo é governado pelo capital e a liberdade era impossível de ser conquistada enquanto durasse a exploração dos seres humanos. Surge a necessidade do Socialismo, com a nacionalização dos meios de produção de forma a atender os objetivos sociais.

No Socialismo, a ditadura do proletariado impede as liberdades de propriedade e dos meios de produção. Estes setores seriam comandados pelo Estado, na intenção de formar um ideal igualitário, futuramente chamado de Comunismo. Nesta ditadura, o proletariado exerce seu poder a fim do controlar os meios de produção e acabar com a divisão de classes. É nesta fase que a ditadura é considerada como nos dias atuais, pois expressa a coerção do Estado através da força, caso esta se torne necessária. Nesta fase, Sartori (1994) enfatiza que na ditadura do proletariado, a vasta maioria tem o poder de liberdade. É aqui que a livre iniciativa é combatida, ao se fazer através do Estado o controle da economia, onde o operário se torna apenas uma peça do sistema econômico. Desta forma, a liberdade requer (de acordo com a dialética marxista) sua negação, ou seja, para se conseguir chegar à liberdade no autogoverno, seria necessária a negação da liberdade através da ditadura do proletariado.

No Comunismo idealizado por Marx, o povo se auto governa. Todos os meios de produção tornam-se comunitários. Lênin, ditador russo, principal dirigente do partido Bolchevique em 1917 e seguidor das idéias marxistas defende que somente no Comunismo a liberdade poderia ser estabelecida, porém nunca permitiu que isso acontecesse.

A liberdade para Marx, portanto, está condicionada à abolição das classes e da exploração da vida humana. A liberdade só existe enquanto a igualdade for o carro chefe. Podemos perceber, então, que tanto o Socialismo quanto o Comunismo das idéias marxistas pregam o ideal igualitário, e a liberdade torna-se consequência desta igualdade.

4. A Igualdade

Para Marx, a igualdade só seria possível de ser alcançada quando fosse alcançado o estágio do Comunismo, após a revolução. “Falar em revolucionar uma sociedade significa que, no bojo mesmo da velha sociedade, formaram-se elementos da nova sociedade e que a queda de velhos conceitos acompanham a queda das antigas condições de vida.” (MARX, 1983, p. 34). Nesta fase, não haveria mais classes dominantes. Toda a sociedade trabalharia em prol de um bem comum de acordo com as capacidades de cada indivíduo. O Capitalismo seria totalmente abolido, porque só faz com que os trabalhadores não tenham controle dos bens que produzem, ou seja, trabalham alienados:

O trabalhador, assim, não pode se reconhecer no produto do seu trabalho, não pode encarar aquilo que ele criou como fruto de sua livre atividade criadora, pois se trata de uma coisa que para ele não terá utilidade alguma. A criação (o produto), na medida em que não pertence ao criador (ao operário), se apresenta diante dele como um ser estranho, uma coisa hostil, e não como resultado normal da sua atividade e do seu poder de modificar livremente a natureza. (KONDER, 1983, p. 45)

E isso, definitivamente, não é a igualdade que Marx almejava. Para ele, somente quando a igualdade fosse alcançada, a liberdade seria possível. Outros autores, porém, discordam de que a liberdade depende da igualdade. Para Bobbio (1998), liberdade e igualdade são conceitos antitéticos, no que diz respeito à esfera econômica. Não se pode realizar um sem limitar o outro. Para Sartori (1994), liberdade e igualdade são ideais independentes. Para ele, não somos livres por sermos iguais e vice-versa. “Se o Estado se torna todo-poderoso, não há qualquer garantia de que venha a ser um Estado benevolente, um Estado que gera igualdade; ao contrário, é extremamente provável que não venha a sê-lo. Nesse caso, nossas igualdades desaparecerão com nossas liberdades. (SARTORI, 1994, p.137).

Sartori ainda defende que a igualdade é o mais insaciável de nossos ideais e lança o homem numa disputa interminável. Defende também que a igualdade enquanto apresentação de propostas ou como ideal construtivo é algo complicado de se desenvolver. Só é fácil como expressão de protesto. Para Marx, porém, não era bem assim. A disputa pela igualdade terminaria com a conquista do Comunismo, período de efetiva justiça social e fim da alienação provocada pelo Capitalismo.

4.1 Igualdade formal e substancial

Marx mantinha sua preocupação na igualdade substancial, ou seja, a igualdade de fato, na qual os homens teriam as mesmas condições e os bens seriam distribuídos igualitariamente. Marx sabia que somente com a distribuição de riquezas em busca de um bem comum, e com a abolição das classes, seria possível impedir a exploração dos homens pela classe dominante. Assim, a igualdade formal, aquela que é definida na Constituição, ou seja, igualdade perante as leis, se tornaria também igualdade real e sensível entre os homens.

É nessa igualdade substancial que temos muito que evoluir. De acordo com Sartori (1994, p. 127), “O terreno é movediço, claro está, não com respeito às igualdades que temos (como a igualdade política e a jurídica), mas com respeito às igualdades que não temos, ou que temos minimamente”. Weffort (1994, p. 239) considera que as constituições burguesas prejudicam o estabelecimento da igualdade substancial: “Nas constituições burguesas, os ‘direitos do homem’, [...] acabam, na realidade, sendo definidos pelo molde dos direitos do burguês. Deste ponto de vista, os ‘direitos do homem’ - ou os direitos gerais assegurados pelo Estado - não definem uma igualdade que se deva realizar na sociedade”.

De acordo com Duguit (2006), a doutrina individualista encontrou sua forma precisa e acabada na “Declaração dos Direitos do Homem” de 1789. Esta define em seu artigo 4º: “O exercício dos direitos naturais do homem só tem por limites os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos”. (DUGUIT, 2006, p. 13).

Assim, percebe-se que igualdade formal e substancial são complementares e ambas necessárias na efetivação de uma justiça social, baseada no bem comum. Porém, são independentes, porque a existência de uma não implica na outra. Marx, portanto, era adepto à igualdade substancial e só ela seria capaz de acabar com a diferença de classes e a exploração do homem.

5. A Democracia Liberal

Os conceitos como liberdade e democracia, para Marx, são sempre vinculados à igualdade, que era o fim pretendido. Para ele, a democracia era a liberdade para a grande maioria e seria conseguida através da ditadura do proletariado. Este era o significado da palavra democracia na concepção de Marx. Sartori (1994), porém, menciona que Marx foi a favor de uma organização democrática, aberta, baseada no voto majoritário em sua participação na Primeira Internacional, entre 1864 e 1873.

Marx, sendo um igualitário, criticava o sistema liberal no que diz respeito às liberdades econômicas. Bobbio (1988, p. 39) deixa claro que o objetivo do liberalismo não é o ideal igualitário que Marx almejava. “Para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada; para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera das liberdades singulares.”

Bobbio escreve que a única forma de igualdade aceita na doutrina liberal é a igualdade na liberdade, ou seja, cada qual com sua liberdade desde que não interfira na liberdade do outro. O significado de igualdade para Marx não significava exatamente isso, e sim a igualdade econômica, na qual os indivíduos abrem mão de suas individualidades em benefício da sociedade como um todo.

Portanto, a democracia marxista estava sempre vinculada à igualdade, mas o liberalismo econômico não. Este era considerado um entrave aos anseios revolucionários e igualitários dos ideais marxistas, pois contribui com o crescimento da complexidade dos problemas a serem enfrentados.

6. Coletivismo

Marx foi um teórico extremamente coletivista e abominava a concepção individualista constante do Capitalismo, onde os trabalhadores eram explorados pela burguesia e não obtinham sucesso nas suas lutas revolucionárias. Percebe, então, que os trabalhadores necessitavam de ações coletivistas, nas quais os interesses individuais seriam combatidos e somente os interesses gerais seriam atendidos. Held (1987), enfatiza que a natureza humana é acima de tudo social.

Neste contexto de lutas de classes, entre a disputas de

interesses individuais e coletivos, surge a figura do Estado, com a função de dirimir estes conflitos e fazer valer seus interesses. Assim, Marx expõe que “[...] a luta *prática* desses interesses particulares, que constantemente e de modo *real* chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção do Estado.” (MARX, 1983 p. 49).

O individualismo, para Marx, era um tipo de alienação que deixava o homem dominado completamente pelos modos de produção capitalista. O coletivismo de Marx pressupõe que a personalidade do indivíduo se dissolve na totalidade, e que o indivíduo aparece como uma peça para a engrenagem do organismo coletivo. Marx é, portanto, um defensor de um ideal coletivista, pois, em sua ideologia comunista, a base de sustentação é o coletivismo sem divisão de classes, que agiria conforme o ideal de bem comum. De acordo com Przeworski: “O interesse de classe é algo vinculado aos operários como coletividade e não como um amontoado de indivíduos, a seu interesse ‘grupal’ e não a seu interesse ‘seriado’”. (PRZEWORSKI, ano, p 34).

7. Conclusão

A Revolução Industrial representou grandes mudanças sociais, porque fez firmar o sistema capitalista no mundo, o que provoca a constante busca de riquezas. No século XXI, muito do que Marx percebeu ainda persiste, como o aumento das desigualdades sociais e a baixa qualidade de vida da maioria da população.

Apesar disso, amplas críticas são feitas ao sistema capitalista e o governo tem aumentado a fiscalização, de forma a minimizar os impactos que este sistema provoca sobre a sociedade. Na tentativa de aliviar estes impactos, citamos como exemplo o Projeto de Lei 29/99 que regulamenta anúncios publicitários em horários de programação infanto-juvenil, uma vez que as crianças não possuem capacidade de escolha de melhor tempo de compra, melhor produto, preço, etc. Além deste, citamos o Projeto de Lei 379/06 aprovado pelo governo de São Paulo, que proíbe a publicidade externa na capital paulista, de forma a diminuir a poluição visual de quem esteja na cidade.

Pode-se concluir que Marx concebia a liberdade e a ditadura de forma diferente do que é concebido hoje: ditadura era o que a burguesia exercia sobre o proletariado; liberdade era a abolição de classes, da opressão e a conquista da igualdade social. Para Marx, a democracia era conciliável com o Socialismo, mas os ideais liberais não. Assim, Marx pregava profundas críticas ao liberalismo. Para ele, a propriedade privada deveria ser abolida, assim como a liberdade econômica. Conclui-se que o pensamento de Marx era coletivista, pois se preocupava com o bem-estar de todos, não apenas de um grupo pequeno de indivíduos, fazendo-nos sempre refletir até que ponto o liberalismo e o Capitalismo influenciam negativamente nas desigualdades sociais tão presentes no mundo contemporâneo.

8. Bibliografia

BITTAR, Eduardo C. B. et al, *Curso de filosofia do direito*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOBBIO, Roberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CÂMARA, Agência. Comissão vota regulamentação de propaganda para crianças. 20 Dez 06. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=96863>

Acesso em 23 Jan 2007.

DUGUIT, Léon. *Fundamentos do Direito*. Tradução: Márcio Pugliesi. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

HELD, David, *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

KONDER, Leandro. *Marx - Vida e Obra*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX, Karl, et al. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl, et al. *Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Global, 1983.

NOVAIS, João. *Câmara aprova proibição de outdoors em SP a partir de 2007*. Última Instância: revista jurídica. 26 Set 2006. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/31901.shtml> Acesso em 23 Jan. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da Democracia Revisitada*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. v2. São Paulo: Ática, 1994. (Série Fundamentos).

WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política*. 10. ed. v2. São Paulo: Ática, 1990.

4.7.2 Indicação de obra de outra área

4.7.2.1 LLOSA, Mário Vargas. **Cartas a um jovem escritor**, São Paulo: Alegro, 2006. 192 p.

Para escrever um bom texto e, em decorrência disso, tornar-se um escritor, saltando de aspirante a profissional, é fundamental ler. E não seria exagero dizer: ler muito! Não raras são as ocasiões em que a falta de estímulo põe todo o projeto a perder. A leitura, por si só, é um estímulo valioso e, quando aliada à prática, pode gerar resultados surpreendentes. Assim é o caminho por onde Mario Vargas Llosa guiará o leitor, aprendiz de escritor. Reservando uma leitura vigorosa de textos clássicos da literatura humana, Llosa elucida para os principais componentes da ficção, seja ela moderna ou clássica. Mais do que uma leitura enriquecedora, *Cartas a um Jovem Escritor* é uma inesgotável fonte de consulta. Mario Vargas Llosa é um dos grandes escritores da atualidade. Mesmo *Os chefes*, sua primeira publicação, tendo vencido o prêmio Leopoldo Arias, sua carreira literária começa, contudo, com o romance *Batismo de fogo*, que ganhou o prêmio Biblioteca Breve em 1963 e foi traduzido para mais de quinze idiomas. Em 1981, Llosa publicou *A guerra do fim do mundo*, um

livro sobre a Guerra de Canudos dedicado ao escritor brasileiro Euclides da Cunha, autor de *Os sertões*. Em 1990, Vargas Llosa candidatou-se à presidência do Peru e acabou sendo derrotado no segundo turno por Alberto Fujimori. Suas experiências como escritor e sua curta trajetória política podem ser lidas na autobiografia *Peixe na água*, publicada em 1991. Mario Vargas Llosa condensa uma vida de escritor, leitor e pensador em um manual essencial para aspirantes a escritores. Ao utilizar contos e romances de autores do mundo todo ? Borges, Bierce, Céline, Cortázar, Faulkner, Kafka, Robbe-Grillet ? ele desnuda o funcionamento interno da ficção, todo o tempo incitando os jovens escritores a não perder contato com o impulso elementar para criar. Coloquial, eloqüente e suavemente erudito, este livro será lido e relido por escritores jovens ou não, escritores de amanhã e todos aqueles interessados no mundo das letras. A série *Cartas a um jovem...* apresenta uma visão crítica e profunda de uma área de atuação, com base na rica vivência dos autores.